

AVALIAÇÃO DE ESTOQUES A VALORES DE ENTRADA E DE SAÍDA

ANA MARIA NÉLO

Resumo:

Esta pesquisa surgiu em virtude das diversas alternativas encontradas para avaliar os estoques das organizações e com ela nos propusemos a analisar a avaliação de estoques a valores de entrada e de saída. O estoque é um item específico do ativo e envolve problemas de controle, administração e avaliação. Um dos aspectos mais complexos da Contabilidade prende-se à determinação dos custos dos estoques, não só pelo fato de ser um ativo significativo, mas também por sua determinação por outro valor refletir direto na determinação do resultado do exercício. Dentre os problemas que envolvem os estoques, esse trabalho se propõe a analisar a avaliação de estoques. Buscou-se sistematizar pela primeira vez a distinção entre os métodos de atribuir custos às unidades em estoques e a avaliação de estoques a valores de entrada e de saída. Para fins do trabalho, o custo específico, o peps, o ueps, o custo médio mensal, o custo médio ponderado móvel e o preço de venda a varejo são considerados como métodos de atribuir custos às unidades em estoques; e, quando nos reportarmos à avaliação de estoques, estaremos nos referindo aos valores de entrada e de saída. As principais alternativas de avaliação a valores de entrada são: custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição e custo ou mercado dos dois o menor. Para os valores de saída existem três alternativas para avaliação de estoques: 1) recebimentos descontados de caixa; 2) preços correntes de vendas e o 3) valor realizável líquido. A avaliação de estoques pelas diversas alternativas de avaliação a valores de entradas e de saídas apresentou vantagens e desvantagens; a escolha da alternativa depende das condições de mercado e do objetivo da análise.

Palavras-chave:

Área temática: Custos e Tomada de Decisões: Modelos e Experiências

AValiação DE ESTOQUES A VALORES DE ENTRADA E DE SAÍDA

Ana Maria Nélo- Mestre e doutoranda pela FEA/USP.

Universidade de São Paulo - Estudante - Rua Cardeal Arcoverde, 840 AP. 63A, Flat Rechilieu, Jardim América, São Paulo – SP, CEP – 05.408 –001, e-mail: ananelo@usp.br.

RESUMO

Esta pesquisa surgiu em virtude das diversas alternativas encontradas para avaliar os estoques das organizações e com ela nos propusemos a analisar a avaliação de estoques a valores de entrada e de saída. O estoque é um item específico do ativo e envolve problemas de controle, administração e avaliação. Um dos aspectos mais complexos da Contabilidade prende-se à determinação dos custos dos estoques, não só pelo fato de ser um ativo significativo, mas também por sua determinação por outro valor refletir direto na determinação do resultado do exercício. Dentre os problemas que envolvem os estoques, esse trabalho se propõe a analisar a avaliação de estoques. Buscou-se sistematizar pela primeira vez a distinção entre os métodos de atribuir custos às unidades em estoques e a avaliação de estoques a valores de entrada e de saída. Para fins do trabalho, o custo específico, o peps, o ueps, o custo médio mensal, o custo médio ponderado móvel e o preço de venda a varejo são considerados como métodos de atribuir custos às unidades em estoques; e, quando nos reportarmos à avaliação de estoques, estaremos nos referindo aos valores de entrada e de saída. As principais alternativas de avaliação a valores de entrada são: custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição e custo ou mercado dos dois o menor. Para os valores de saída existem três alternativas para avaliação de estoques: 1) recebimentos descontados de caixa; 2) preços correntes de vendas e o 3) valor realizável líquido. A avaliação de estoques pelas diversas alternativas de avaliação a valores de entradas e de saídas apresentou vantagens e desvantagens; a escolha da alternativa depende das condições de mercado e do objetivo da análise.

Tema 14 – Educação: Ensino e Prática da Gestão de Custos numa Ótica Interdisciplinar.

AVALIAÇÃO DE ESTOQUES A VALORES DE ENTRADA E DE SAÍDA

1 - INTRODUÇÃO

A elaboração deste trabalho surgiu em virtude das diversas alternativas encontradas para avaliar os estoques das organizações. O estoque é um item específico do ativo que envolve problemas de avaliação, controle e administração. Dentre esses nos propusemos a analisar os que concernem à avaliação, mais especificamente a que normalmente é feita a valores de entrada e de saída.

Nos estoques encontram-se itens de natureza material ou tangível: mercadorias destinadas à venda, no caso das empresas comerciais; matérias-primas e demais insumos indispensáveis à elaboração dos produtos, nas indústrias; e os materiais necessários à prestação de serviços, nas empresas prestadoras de serviços.

Ao vender mercadorias, qualquer entidade deve baixar dos estoques o custo do item vendido, transferindo-o para o resultado no final de cada período contábil. Geralmente, para determinar o custo de cada item em estoque utiliza-se um dos seguintes métodos: a) custo específico; b) primeiro a entrar, primeiro a sair; c) último a entrar, primeiro a sair; d) custo médio mensal; e) custo médio ponderado móvel e f) preço de venda a varejo.

Esses métodos serão considerados para atribuir custos às unidades em estoques porém, para avaliar estoques deveremos utilizar os valores de entrada e de saída.

As principais alternativas de avaliação a valores de entrada são custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição.

No que se refere aos valores de saída, Iudícibus (1993a; 181p) apresenta três tipos principais de avaliação a valores de saídas para estoques: recebimentos descontados de caixa, preços correntes de venda e valores realizáveis líquidos”.

1.1 - Situação-problema

Os nossos questionamentos decorrem da ausência de clareza teórica no que se refere à avaliação de estoques. Qual seria a metodologia utilizada para avaliar os estoques? Seria o PEPS, UEPS, a média ponderada móvel, média ponderada fixa, preço de venda a varejo, preço específico unitário ou os valores de entrada e os de saída.

Freqüentemente encontramos afirmações de que a contabilidade deve ser avaliada a valor presente. Para melhor dirimir estas dúvidas analisaremos as várias metodologias de avaliação de ativos a fim de encontrarmos respostas mesmo no âmbito teórico para melhor esclarecimento destas questões.

Estamos denominando por problema nesta pesquisa a avaliação dos estoques. Este problema apresenta diversos aspectos, entre os quais podemos citar: a mensuração dos recursos que esperamos receber pela venda dos produtos; correlacionar a receita com as despesas no processo de determinação do resultado, o que poderia levar a preferência pela escolha de uma alternativa de valores de entrada ou de saída; a determinação do valor de cada item estocado.

É de se concordar com Iudícibus *et alii* (1993a; 142p) quando afirmam que “um dos aspectos mais complexos em Contabilidade prende-se à apuração e determinação dos custos dos estoques, não só por ser um ativo significativo, mas também pelo fato de que sua determinação por outro valor tem reflexo direto na apuração do resultado do exercício e, ainda, em face da grande quantidade de itens que

normalmente compõem os estoques, cuja movimentação de entradas e saídas é constante”.

É comum uma entidade dispor de unidades de um mesmo produto, com as mesmas características (em termos de qualidade e quantidade), adquiridos em datas distintas, com preços unitários diferentes. Mesmo sem inflação pode haver alterações de preços em virtude da escassez de bens. Que valor deve ser atribuído a cada unidade em estoque? A determinação do valor dos estoques tem reflexo no ativo, na determinação do resultado do período e, por conseguinte, no patrimônio líquido.

Além dos problemas supramencionados encontramos limitações na Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. No que tange à avaliação dos estoques, no artigo 183, Inciso II, fica determinado que “no balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios: os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado, pelo custo de aquisição ou produção deduzido da provisão para ajustá-lo ao valor de mercado quando este for inferior”. Vale dizer que as determinações da referida lei são confirmadas pelo fisco.

Esse critério de avaliação mencionado no artigo acima é uma das alternativas de avaliação a valores de entrada. E dentre os valores de entrada a lei deixa claro, ao afirmar que os ativos serão avaliados pelo custo de aquisição, que se deve utilizar o custo histórico.

Considerando que todas as formas de avaliação de estoques têm reflexos nas determinações do valor do estoque final, do resultado de cada período e conseqüentemente do patrimônio líquido, faz-se necessário um estudo mais profundo a respeito da avaliação de estoques.

Dentre o patrimônio empresarial, a escolha específica pela investigação da avaliação dos estoques deve-se ao fato de tratar-se de um dos itens mais complexos para algumas empresas, no tocante à administração, à contabilização e à avaliação.

1.2 - Questão da Pesquisa

Considerando ausência de esclarecimento na literatura¹, com relação à separação dos métodos usados para atribuir custos às unidades em estoques e as metodologias de avaliação a valores de entrada e de saída, e ainda no que tange à contabilidade a valor presente surgem-nos as seguintes questões:

- 1) Quais as vantagens de se avaliarem os estoques a valores de entrada e de saída e quais as conseqüências dessas avaliações na determinação do resultado de cada período contábil?
- 2) Quais as diferenças entre os métodos de atribuir custos às unidades em estoques e os critérios de avaliação de estoques?
- 3) O que é contabilidade a valor presente?

1.3 - Objetivos da Pesquisa

- a) Investigar as vantagens e desvantagens da avaliação de estoques a valores de entrada e de saída, observar as eventuais limitações das diversas alternativas encontradas para avaliação;
- b) Analisar os efeitos que a avaliação dos estoques a valores de saída causa no ativo, no patrimônio líquido e no resultado de cada período contábil;
- c) Investigar a contabilidade a valor presente.

¹ Foi esquematizado pela primeira vez na dissertação de mestrado da autora, inclusive com os respectivos cálculos.

Este artigo foi estruturado da seguinte forma: item 2 apresentamos os métodos de atribuir unidades em estoques, no item 3 foi abordado as diversas metodologias de avaliação de ativos, e no 4 foram discutidos os estoques avaliados a valores de saída, finalmente no item 5 apresentamos um sumário e conclusões do tema.

2 - MÉTODOS DE ATRIBUIR CUSTOS ÀS UNIDADES EM ESTOQUES

Método contábil é o conjunto de regras e procedimentos técnicos adotados para atribuir valores ao patrimônio.

É comum encontrarmos na literatura contábil autores tratando, por exemplo, PEPS e UEPS como critérios de avaliação de estoques; em contra-posição há outros autores que tratam como critérios de avaliação de estoques os valores de entrada e de saída. Cremos que deveria ser estabelecida uma diferença entre métodos de atribuir valor às unidades em estoques e os critérios de avaliação de estoques, pois, na literatura contábil não se encontra muita clareza sobre esse assunto, como podemos observar nas citações abaixo.

Iudícibus (1993b; 180p) se refere às bases e métodos de avaliação de estoques como valores de entrada e de saída (ou output), não fazendo nenhuma referência ao custo específico, ao PEPS, ao UEPS, ao custo médio mensal, à média ponderada móvel e ao preço de venda a varejo. Já em Iudícibus *et alii*. (1992a, 144 a 151p), o mesmo autor refere-se ao custo específico, ao PEPS, ao UEPS, ao custo médio mensal, à média ponderada móvel e ao preço de venda a varejo como métodos de atribuir valor às unidades em estoque, porém, não faz referências aos estoques avaliados a valores de entrada e de saída.

Para Osni (1992; 82 a 88p) os critérios mais conhecidos para avaliação de estoques são: o preço específico, o PEPS, o UEPS e o preço médio.

Pelo exposto percebe-se uma ausência de consenso no que tange à avaliação de estoques. A despeito disso, acreditamos que, se para avaliar ativos consideram-se os valores de entrada e de saída, os estoques, por pertencerem ao ativo, deveriam preservar a mesma nomenclatura. O preço específico, o PEPS, o UEPS, o custo médio mensal, a média ponderada móvel e o preço de venda a varejo, no desenvolvimento deste trabalho, serão tratados como métodos de atribuição de custos às unidades em estoques, bem como determinantes do custo das mercadorias vendidas.

O objetivo de identificar os custos das unidades em estoques e o custo das unidades que foram vendidas ou consumidas tem por finalidade, no final de cada período contábil, comparar os custos das unidades vendidas ou consumidas com as receitas que foram auferidas nesse mesmo período contábil.

Na determinação do custo de cada unidade estocada costuma-se utilizar um dos métodos descritos a seguir.

2.1 - Custo Específico

Esse método consiste em identificar o custo de aquisição de cada unidade em estoque. A cada unidade são identificados os custos de aquisição, sendo tais custos comparados com os preços de venda das unidades que são transferidas para os clientes.

O uso do preço específico é um tanto restrito, sendo mais adequado para mercadorias de pouca rotatividade. Para tanto, é necessário fazer-se um controle individual para cada item estocado, tendo por base de avaliação o custo de aquisição.

2.2 - Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair - PEPS ou *First In First Out - FIFO*

Pelo método PEPS as mercadorias vendidas ou consumidas serão valorizadas pelos preços das primeiras compras, obtendo-se dessa forma o valor do

custo das vendas. Esse método tem o seguinte efeito: os estoques finais são avaliados pelo preço das últimas compras e o CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) é avaliado pelo preço das primeiras. Em caso de elevação de preço, os estoques ficam avaliados pelo valor das compras mais recentes, enquanto o lucro poderá ser maior em função da dedução dos custos valorizados ao preço das primeiras compras. Esse efeito tende a ser diminuído quando as mercadorias têm alta rotatividade (pouco tempo de permanência no estoque) e caso não haja muita diferença de preço entre as mercadorias mais antigas e as mais novas em estoque.

2.3 - Último a Entrar, Primeiro a Sair - UEPS ou *Last In First Out - LIFO*

O UEPS pode ser considerado como um método oposto ao PEPS. Consiste em utilizar o custo unitário das últimas compras para avaliar as quantidades vendidas ou consumidas. Tem o seguinte efeito: os estoques finais são avaliados pelos preços das primeiras compras e o CMV (Custo das Mercadorias Vendidas) é avaliado pelo preço das últimas compras.

A adoção do UEPS sugere uma comparação dos custos correntes com a receita corrente, e os estoques no ativo ficam avaliados pelas compras mais antigas.

2.4 - Custo Médio Mensal

Este método avalia as unidades em estoque pela média mensal das compras. Consiste em somar o valor do estoque inicial adicionado às compras do mês, sendo o total resultante dividido pelo somatório das quantidades iniciais mais as quantidades adquiridas, encontrando-se, dessa forma, o preço médio mensal. O CMV e o estoque ficam avaliados por este preço médio.

2.5 - Custo Médio Ponderado Móvel

Obtém-se o preço médio por meio da divisão do total das unidades disponíveis pelo valor total do estoque. O preço médio ponderado é modificado com a aquisição de novas unidades cujos preços unitários sejam diferentes das unidades disponíveis. Assim, o custo médio ponderado é intermediário entre o valor determinado pelo PEPS e pelo UEPS.

2.6 - Preço de Venda a Varejo

“O método consiste na apuração do estoque a preço de venda, quer através da contagem física ou de controles permanentes valorizados aos preços unitários de venda, que são então convertidos a valores de entrada mediante a sua multiplicação por quociente médio do custo com relação aos preços de venda a varejo para o período ” (Iudícibus, *et alii* 1992a; 149p).

uma vez apresentados os métodos de atribuir valores as unidades em estoques, quando os avaliamos por preços diferentes, passaremos a analisar as várias metodologias de avaliação de ativos a valores de entradas.

3 - AVALIAÇÃO DE ESTOQUES A VALORES DE ENTRADA

Neste item vamos analisar a avaliação dos estoques à luz da Teoria contábil, sem considerar os aspectos legais que disciplinam as práticas contábeis.

A avaliação dos estoques envolve cálculos físicos e monetários, ou seja, requer a contagem das unidades físicas e o cálculo monetário dessas unidades. Uma vez calculadas as quantidades físicas e seu respectivo valor monetário, é necessário confrontar a parte vendida durante o período contábil com a receita obtida no referido período.

Em contabilidade há uma suposição de dois mercados distintos: 1) o mercado em que a entidade compra e que se relaciona com suas entradas; e 2) o mercado onde a empresa vende, e que se refere aos valores de saída. Como regra geral, os valores de entrada e valores de saída são usados para fazer essa distinção.

Em geral, a estrutura tradicional contábil adota a avaliação de ativos pelo valor nominal de aquisição. Os estoques são avaliados pelo valor de aquisição ou pela soma dos valores dos recursos usados para obter um determinado bem e colocá-lo em condições de venda, sendo que esse registro, feito pelo custo de aquisição ou pelos recursos utilizados na elaboração do produto, representa a avaliação dos estoques a valores de entrada.

As principais alternativas de avaliação baseadas em valores de entrada são custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição.

3.1 - Custo Histórico

É o valor pelo qual determinado ativo é adquirido, ou o valor nominal dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condições de gerar benefícios para a organização. A avaliação de estoque a custo histórico não é totalmente desprezível, pois serve como parâmetro básico para se efetuarem as correções dos custos e torná-los comparáveis com valores atuais. Tais valores são correntes hoje e históricos amanhã. O que o mensurador deve ser capaz de reconhecer são as limitações dessa alternativa de avaliação.

Mercadorias adquiridas em datas diferentes possivelmente podemos no deparar com preços diferentes. E como devemos proceder a avaliação dos estoques, neste caso, necessitamos de algum método para determinar o valor unitário, principalmente se se trabalha com um grande variedade e quantidade de bens. Neste caso, sim, precisamos recorrer algum método para determinar o valor dos estoques, ou seja, as mercadorias são registradas pelo valor original, mas segregadas em estoque por meio do PEPS, UEPS, preço médio específico, etc.

3.1.1 - Vantagens do Custo Histórico

Por essa metodologia os registros são efetuados a partir dos documentos comprobatórios, tornando-se mais fácil a sua verificação tanto por parte da auditoria como por outro mensurador qualquer. Ainda, o lucro apurado a partir da utilização do custo histórico estará completamente realizado.

Uma das grandes razões para o uso do custo histórico é a verificação dos registros. Como base de avaliação, além das vantagens mencionadas, o uso do custo histórico tem respaldo nas normas que disciplinam as práticas contábeis e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos.

3.1.2 - Desvantagens do Custo Histórico

O valor dos ativos registrados a custo histórico, com o passar do tempo, perde a sua representatividade em decorrência da inflação e da flutuação nos preços. A avaliação a custo histórico também tem como desvantagem o fato de, quando os preços oscilam, não permitirem o reconhecimento de ganhos ou perdas do período.

Uma das principais limitações do custo histórico é que ele, tecnicamente, não deveria permitir a soma de ativos adquiridos em períodos diferentes, em virtude das mudanças de preços e dos efeitos inflacionários.

O lucro obtido a partir da utilização do custo histórico tem origem na diferença entre as receitas e despesas, não sendo considerada a época de sua formação. Esse fato limita a informação econômica para o usuário tomar decisões.

3.2 - Custo Histórico Corrigido

O custo histórico corrigido tem como ponto de partida os custos históricos, ou seja, essa alternativa de avaliação tem por finalidade restaurar ou atualizar os custos históricos pela variação de um índice escolhido. Portanto, esse índice consiste em trazer os ativos adquiridos em datas diferentes a uma moeda de mesma data.

Esta metodologia é descrita por Martins (1972; 2p) como sendo “o custo histórico que seja objeto de uma correção, quer por um coeficiente derivado do Índice Geral de Preços (IGP), quer por um derivado da variação de um outro índice mais específico. Assim tem-se sempre a possibilidade de se colocar diversos custos de diferentes datas em termos de uma moeda de capacidade aquisitiva (geral ou específica) de uma outra data qualquer; isso melhora indubitavelmente a possibilidade de comparações, tão necessárias à Administração e à Economia.”

No Brasil, desenvolveu-se duas metodologias de correção monetária: uma nos moldes da legislação societária e a chamada correção integral.

A correção dos custos históricos passou a ser exigida obrigatoriamente para as contas do ativo permanente e patrimônio líquido quando foi sancionada a Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976 e foi estendida aos demais tipos societários pelo Decreto-Lei 1598/77. Contudo, essa prática é efetuada mais para fins fiscais.

A correção monetária integral procura eliminar os efeitos da variação monetária, corrigindo todas as contas patrimoniais; as compras e vendas a prazo são atualizadas a valor presente usando uma taxa de juros e eliminando o efeito decorrente da inflação, assim atualiza-se os valores do ativo para uma moeda de mesma data.

“O economista Irving Fisher é conhecido por formular o conceito do valor presente, tornando-o atrativo para os contadores como ferramenta de mensuração. Foi Canning quem realmente demonstrou a sua relação com os conceitos contábeis. Canning demonstrou ao menos o que era na teoria o valor de um ativo ou passivo a valor presente” (Kam, 1984; 90p).

O cálculo do ativo a valor presente requer três fatores: a taxa, o tempo e a quantidade de dinheiro envolvida. Esta podemos denominar de valor nominal. O valor presente pode ser obtido pela seguinte fórmula:

$$V P = \frac{N}{(1 + i)^{\frac{a}{b}}}$$

Onde:

VP = Valor Presente

N = Valor Nominal

I = Taxa de Juro

a = Tempo do vencimento da conta

b = Tempo relacionado à taxa de juros

Canning (Canning apud Kam, 1984; 92p) “chamou o procedimento do valor presente de um método de avaliação direta, porque no cálculo do valor de um ativo ele distribui diretamente a origem do valor associada à futura receita de caixa líquida com os futuros benefícios ou serviços de ativos”. Kam ainda afirma que o método do valor presente deve ser empregado para itens de longo prazo, tais como pagamentos e recebimentos de longo prazo.

A adoção do custo histórico corrigido está de acordo com o princípio do custo histórico como base de valor. O ajuste consiste em atualizar, em termos de poder aquisitivo, o valor dos bens anteriormente adquiridos, bem como aqueles bens que foram comprados a prazo são trazidos para a moeda do dia em que se estão elaborando as informações contábeis.

3.2.1 - Vantagens do Custo Histórico Corrigido

Essa alternativa de avaliação permite melhor apresentação dos relatórios contábeis em relação ao custo histórico mediante a restauração dos valores passados para uma moeda de mesma data, assim como favorece a comparação entre bens adquiridos em datas diferentes.

Continua havendo uma vinculação entre o custo histórico e o custo histórico corrigido, pois o primeiro é o ponto-de-partida para o cálculo do segundo. Esta vantagem é importante, pois está relacionada com a manutenção do custos dos bens, para fins de controle de estoque.

“O custo histórico corrigido favorece a comparação de ativos avaliados em datas distintas, pois freqüentemente escolhe-se uma data base comum para a restauração dos custos históricos” (Barbieri et alii, 17p).

3.2.2 - Desvantagens do Custo Histórico Corrigido

Uma das desvantagens dessa metodologia consiste no fato de as empresas terem taxa de inflação interna diferente dos índices de inflação publicados, fazendo com que seus bens percam, conseqüentemente, um pouco da comparabilidade.

“Um problema dos custos históricos corrigidos é que não reconhece a existência de outros lucros ou ganhos que não os estritamente ‘realizados’. O conceito tem sido o preferido em muitos países que têm adotado correções parciais, em suas legislações, do princípio do custo histórico” (Iudicibus, 1993b; 116p).

3.3 - Custo Corrente

É o preço corrente da compra que, na data de aquisição de bens e/ou serviços, equivale ao custo histórico. O custo corrente de um ativo já em uso é o valor de mercado do mesmo ativo em estado novo, deduzido da depreciação ou da parcela que gerou benefício para a entidade.

Para Martins (1972; 3p) “é o custo corrente de aquisição dos ‘inputs’ que a firma utilizou para possuir o elemento do ativo. O fato de ser a soma dos custos correntes dos ‘inputs’ nos leva à situação de diferenciarmos:

a) quando a empresa fabricou o ativo, o seu custo corrente é a soma dos custos correntes dos fatores que entraram na sua produção;

b) quando a empresa comprou o ativo, é o custo corrente de adquiri-lo”.

Desse modo, o custo corrente pode ser considerado como preço de troca para obter um bem com o mesmo potencial de serviços. Hendriksen (1982; 265p) faz o seguinte comentário a respeito do custo corrente: “Este preço de troca corrente é o preço de custo que é obtido de cotações num mercado no qual a firma adquiriria seus ativos ou serviços; não pode ser obtido em cotações de mercado em que a firma realmente vende seus ativos ou serviços.”

3.3.1 - Vantagens do Custo Corrente

Uma das vantagens que o custo corrente pode oferecer é o fato de um investidor externo poder ter uma configuração aproximada do valor que deveria desembolsar para obter um ativo igual ou equivalente ao que está sendo avaliado.

Um dos grandes méritos do custo corrente se dá mediante a possibilidade de se adquirir mercadorias por um preço inferior ao que é praticado no mercado - tal ganho é reconhecido. Os preços mais baixos podem ser decorrentes de liquidação forçada ou de promoções, entre outras causas.

3.3.2 - Desvantagens do Custo Corrente

Devido às inovações tecnológicas é possível ter-se dificuldade para encontrar ativos exatamente iguais, com as mesmas características e o mesmo potencial de serviços futuros. Essa possibilidade de se deparar com produtos substitutos é um fato que, acontecendo, pode dificultar a comparação do bem por outro igual no mercado.

3.4 - Custo Corrente Corrigido

Por este critério os ativos são avaliados pelos preços correntes de compra e corrigidos pela variação de um índice que represente a flutuação de preços, podendo mesmo ser utilizado o valor presente. Para exemplificar, suponhamos que um bem em 199x é avaliado a valor de mercado, e em 199(x+1) esse mesmo bem tem um outro valor no mercado. Para comparar o valor do bem entre esses dois anos, corrige-se o custo do bem no ano x para a moeda de (x+1) e compara-se com o novo valor de mercado do ano (x+1). Caso o valor do bem no ano (x+1) seja a prazo, deverá ser trazido a valor presente.

“O custo corrente corrigido é talvez o mais completo conceito de avaliação de ativos a valores de entrada, pois combina as vantagens do custo corrente com a do custo corrigido” (Iudícibus, 1993b; 116p).

Por meio do custo corrente corrigido pode-se determinar o valor máximo pelo qual a firma pode adquirir o ativo; por conseguinte, o valor possível para ser realizável no mercado, à vista.

3.4.1 - Vantagens do Custo Corrente Corrigido

Esse método reflete dois fatores importantes: 1) as variações do poder aquisitivo da moeda; 2) e as flutuações de preços de mercado - mercado esse referido aos valores de entrada.

“O reconhecimento do lucro aos diversos períodos, independente da realização, provoca informações mais adequadas tanto à administração como aos demais interessados” (Barbieri, *et alii*; 22p).

3.4.2 - Desvantagens do Custo Corrente Corrigido

Em virtude da velocidade das mudanças tecnológicas dos bens, as informações contábeis podem perder sua objetividade, tornando-se, com o passar dos anos, difícil encontrar bens iguais com o mesmo potencial de serviços.

Como desvantagens, Monobe (1983; 75 a 76p) aponta várias posições críticas em relação ao custo corrente corrigido, entre as quais:

- a) a mensuração não é suficientemente objetiva e verificável, pois o mercado não é perfeito e as variações são grandes, além do que existem os problemas das mudanças tecnológicas, dos ativos para fins especiais, dos não reprodutíveis e dos complexos, que dificultam a sua apuração;
- b) a distribuição de resultados entre atividades operacionais e de manutenção de ativos é artificial;
- c) repousa em esquemas de alocação arbitrárias para os ativos depreciáveis;
- d) não apresenta posições financeiras em termos de valores de realização e de liquidação, que são mais relevantes;
- e) não é uma medição acurada dos custos de oportunidade;

O que deve ser repostado? O ativo no estado em que se encontra ou o seu potencial de serviço.”

3.5 - Custo Futuro de Reposição

Este critério está relacionado com as mercadorias que seriam adquiridas no futuro. É também conhecido como NIFO - *Next In First Out*. Segundo Barbieri, “dado a decisão da empresa em continuar suas operações com os mesmos tipos de produtos ou serviços, o verdadeiro lucro consiste na diferença entre a receita obtida e o custo futuro de substituição da unidade vendida. Entretanto, esse custo futuro de substituição não se reporta à data de ocorrência da venda do bem e sim à data que for realizada a próxima compra” (Barbieri, *et alii*; 23p).

Partindo-se do pressuposto de que a empresa é constituída para sobreviver por um longo período de tempo, é desejável que se tenham em mente as compras e serviços futuros. Avaliar, porém, os estoques com bases em preços futuros pode-se constituir em arbitragem. Por necessitarmos de um pouco mais de realismo, será preferível avaliarmos por bases mais concretas. Além disso devem ser consideradas as mudanças tecnológicas por que os produtos normalmente passam. Para eliminar o efeito futuro utiliza-se da técnica do valor presente.

Conhecidas as metodologias de avaliação de ativos a valores de entradas faz-se necessário fazermos uma explanação em relação aos valores de saídas inclusive apresentarmos alguns dos seus partidários, assim como, analisar as metodologias mais usadas a valores de saída.

4 - AVALIAÇÃO DE ESTOQUES A VALORES DE SAÍDA

Os valores de saída estão ligados ao mercado onde a organização vende seus bens e serviços e se baseiam na avaliação de ativos de modo que estes ativos venham refletir os benefícios futuros.

Para Kam “a contabilidade a valores de saída tem sido associada principalmente aos nomes de Raymond Chambers e Robert Sterling, e um defensor antigo desse conceito foi Keneth MacNeal, cuja proposta não foi levada a sério na época em que ele a apresentou. MacNeal entende que os princípios contábeis não servem bem a um típico investidor da empresa. Os acionistas de uma empresa com capital pulverizado não conseguem ter acesso à verdade sobre os ativos da companhia em que

investiram, ficando em posição desvantajosa em relação aos que têm informações internas.

Desse modo MacNeal propõe que a Contabilidade reporte todos os lucros, perdas e valores determinados em mercados competitivos. Como nem todos possuem um mercado pronto, MacNeal sugere que os ativos negociáveis em mercados sejam avaliados a preço de mercado (preço de saída), ativos não negociáveis e produtivos pelo custo de reposição e outros ativos não negociáveis e não produtivos pelo custo original. Os resultados deveriam incluir todos os lucros e perdas, realizados ou não” (kam, 1984; 282p).

A validade dos valores de saída para estoques depende de estes valores serem relevantes em permitir que mensurações de inventários sejam efetuadas como um valor representativo da firma, principalmente se a empresa puder vender esses estoques.

Mas quando não se encontram valores de mercado para determinados ativos, como no caso de produtos em elaboração, certamente se recorre a algumas medidas de custo que possam permitir uma avaliação desses estoques.

A Contabilidade ortodoxa utiliza os valores de saída - somente os correntes - no ato da venda dos produtos e serviços.

4.1 - Recebimentos Descontados de Caixa

Este critério requer uma estimativa dos valores a receber em unidades monetárias de vendas futuras; contudo, precisar-se-ia, para tanto, estimar os valores de vendas e estabelecer taxas adequadas.

Para Hendriksen (1982; 262p) “sua utilização só poderia ser validada quando os recebimentos futuros de dinheiro ou equivalente fossem conhecidos, ou quando pudessem ser estimados com alto grau de certeza”.

Esse conceito de avaliação requer o conhecimento de três fatores:

- 1) O montante a ser recebido.
- 2) O fator de desconto.
- 3) O período de tempo envolvido.

Conhecidos os três fatores a mensuração pode ser obtida pela aplicação da seguinte fórmula:

$$VP = \frac{R_1}{1 + i^1} + \frac{R_2}{1 + i^2} + \dots + \frac{R_n}{1 + i^n}$$

onde:

VP = valor presente

R = recebimentos

i = taxa de desconto

n= número de períodos

“Os valores descontados das entradas de caixa futura envolvem não apenas o estabelecimento da taxa adequada de juros, como também uma estimativa da probabilidade de receber os valores previstos. Na prática atual tem sido utilizado, às vezes, apenas no que se refere aos itens monetários (disponibilidades ou valores assemelhados)” (Iudícibus, 1993b; 112p).

4.1.1 - Vantagens dos Recebimentos Descontados de Caixa

Por este critério de avaliação o bem avaliado corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro que esse mesmo bem é capaz de gerar. Os lucros ou perdas podem ser obtidos pela diferença entre o valor presente do bem no final do período e o valor presente do bem no início do período.

4.1.2 - Desvantagens dos Recebimentos Descontados de Caixa

A aplicação deste método requer o conhecimento das taxas de descontos e a estimativa de benefícios que o bem é capaz de gerar. Percebe-se o grau de subjetividade envolvido, principalmente com relação ao fluxo de caixa, que não é facilmente identificado. Se o ativo não está alugado para terceiros é muito difícil determinar com precisão a receita que um ativo específico é capaz de gerar. Geralmente, os benefícios gerados pela empresa são obtidos pelo conjunto de ativos disponíveis por esta.

4.2 - Preços Correntes de Venda

Este método utiliza-se do preço corrente de venda no mercado. Essa forma de avaliação é possível quando os preços de mercados permanecem mais ou menos constantes. Hendriksen (1982; 302) limita a aplicação desse método da seguinte maneira: “Uma exceção das regras de realização é permissível na avaliação das mercadorias para preço de venda quando há um mercado controlado pelo governo para fixar preços”.

Vasconcelos e Ribeiro (1992; 68p) afirmaram que “este método também é tratado na teoria como Valores Esperados, Valor Realizável Líquido ou Valor Líquido de Realização.”

Aqui vale ressaltar que os preços de vendas, os equivalentes correntes de caixa, valor líquido de realização referem-se todos aos preços de venda de mercado, divergem apenas nas premissas. Por exemplo preços de vendas refere-se ao valor de mercado de saída supondo um mercado organizado em que não grandes variação de preços; equivalentes correntes de caixa foi a metodologia proposta por Chambers, a qual supõe que a empresa ou os ativos devem ser avaliados pelos valores de mercado de saída, como se estivessem liquidando de maneira ordenada. Já os valores de liquidação ou valores realizáveis líquidos também referem aos preços de venda, porém considerando uma liquidação forçada.

4.2.1 - Vantagens dos Preços Correntes de Venda

Possivelmente, a mais importante utilidade do preço corrente de venda seja sua indicação de uma relevante oportunidade observada pela empresa caso fosse realizar ou dispor de seu ativo de forma imediata. Chambers refere-se a esta metodologia como o “Equivalente de Caixa Corrente” de um ativo e enfatiza que isso é um valor relevante para a tomada de decisão.

“O lucro poderá ser determinado a qualquer tempo pelo cálculo da diferença entre ativos líquidos no início de cada período, ajustado pelos aumentos de capital como novos recursos e pelos dividendos distribuídos” (Barbieri *et alii*, 34p).

4.2.2 - Desvantagens dos Preços Correntes de Venda

Por este critério de avaliação, preços correntes de vendas, há antecipação de lucros, o que fica em desacordo com o princípio contábil do custo como base de valor, com a realização da receita e, por conseguinte, com o princípio do conservadorismo.

Esse critério não pode ser aplicável para todo o ativo, visto que um produto em elaboração possivelmente não tem mercado para venda, impossibilitando a avaliação por esta metodologia.

5 - SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Neste trabalho foi proposto analisar-se a avaliação de estoques a valores de entrada e de saída, assim como os métodos utilizados para agregar os custos das unidades em estoques.

O nosso objetivo, ao tratar a mensuração dos estoques, foi fazer a distinção entre a avaliação de estoques a valores de entradas e de saídas e métodos de atribuir custos às unidades em estoques. Os ativos são avaliados com base numa das seguintes alternativas: custo histórico, custo histórico corrigido, custo corrente, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição - valores de entradas - recebimentos descontados de caixa, preço corrente de venda e valor realizável líquido - valores de saída. Os estoques são ativos e, como tais, devem considerar as mesmas bases de avaliação.

Consideramos custo específico, PEPS, UEPS, custo médio mensal, média ponderada móvel e preço de venda a varejo como métodos de atribuição de custo às unidades em estoques. A diferença entre esses métodos consiste na maneira de agrupar os custos das unidades adquiridas em datas distintas e a preço unitário diferente.

Cada vez que usamos um método para atribuir valor às unidades em estoques chegamos a resultados diferentes, ainda que se tenha a mesma quantidade de mercadorias em estoque e mesmo quando os custos estão baseados nos valores de aquisição.

Se supuséssemos que cinco empresas diferentes adotassem um método para atribuir custos às unidades em estoques dos mesmos produtos de forma a obterem as mesmas vendas e que os produtos tivessem sido adquiridos pelo mesmo preço, todas as empresas teriam chegado ao final do mês com as mesmas quantidades mas com resultados diferentes.

Mas, na continuidade das operações empresariais, quando essas empresas dessem baixa nas últimas unidades, chegariam ao mesmo resultado, independente do método utilizado.

Uma vez analisados os métodos de atribuir valores às unidades em estoque, passemos às conclusões a que chegamos a respeito dos critérios de avaliação de estoques a valores de entrada e de saída. Para tanto, analisaremos as diversas alternativas que foram apresentadas.

A estrutura tradicional contábil enfatiza o custo como base de registro. A Lei das S/A corrobora, mencionando que os registros das mercadorias e dos produtos do comércio, as matérias-primas, os produtos e bens do almoxarifado devem ser registrados pelo custo de aquisição ou de produção, restringindo esses registros apenas quando os custos são superiores ao valor de mercado, quando a empresa deve proceder a uma provisão para ajustar os estoques ao valor de mercado e reconhecer a perda.

O custo histórico corrigido, para avaliação de estoques, requer uma correção por um coeficiente derivado da variação do Índice Geral de Preços (IGP), ou por um derivado da variação de um outro índice qualquer. Dessa forma, tem-se a possibilidade de se colocar, na data em que se esteja elaborando as informações, os custos das unidades em estoques (formados em diferentes datas) em uma moeda de mesmo poder aquisitivo.

Assim, a flutuação de preços decorrente da inflação pode ser eliminada utilizando-se o custo histórico corrigido.

O custo histórico corrigido, que tem por objetivo atualizar o preço de aquisição das unidades em estoques anteriormente compradas, continua vinculado, em qualquer tempo, ao custo histórico, visto ser este ponto de partida daquele.

Ao contrário do custo histórico que, em período de variação de preços, é irrelevante para tomada de decisão, o custo histórico corrigido permite uma melhoria na qualidade das informações contábeis.

Uma das maiores restrições do custo histórico corrigido é a dificuldade de se encontrar um índice de preço que reflita perfeitamente a variação do poder aquisitivo da moeda, pois sabemos que a empresa pode ter índice de inflação diferente do índice utilizado para atualizar as informações contábeis.

O custo corrente de reposição difere dos dois critérios de avaliação de ativos mencionados acima porque abandona o custo de aquisição para avaliar os estoques e o CMV e adota o custo corrente de mercado. Para o custo dos estoques devem ser assumidos os valores de reposição na data do balanço. Para o CMV, os valores das datas das vendas.

Quando usamos o custo corrente de reposição para avaliar a conta estoques, dispensamos os métodos para atribuir custos às unidades em estoques, tais como PEPS, UEPS, custo médio mensal, custo médio ponderado móvel e preço de venda a varejo.

Já para os custos correntes corrigidos consideramos adequada uma comparação com os custos históricos corrigidos, pois assim estaríamos comparando critérios que têm algo em comum: a correção monetária. Mediante esse procedimento, as economias realizadas nos estoques foram comparadas com o CMV avaliado a custo histórico corrigido, assim como os ganhos de estoque não realizados no período. E a técnica do valor presente é usada para eliminar os efeitos dos prazos.

O custo futuro de reposição supõe que a avaliação de estoques seja baseada nos custos das futuras compras, sem, contudo, considerar as mudanças tecnológicas do produto e ferindo o regime de competência ao comparar os custos futuros com as receitas atuais. Para avaliar os estoques por esse critério abandonam-se os métodos de atribuir valores aos estoques. Como consequência, os estoques e o CMV ficam avaliados pelos valores das futuras compras.

O custo corrente, o custo corrente corrigido e o custo futuro de reposição abandonam os métodos de atribuir valor às unidades em estoques (PEPS, UEPS, Custo Médio Mensal, Custo Médio Ponderado Móvel e o Preço de Venda a Varejo) usando-os apenas para reconhecer economias ou deseconomias realizadas no CMV e nos estoques finais.

Os valores de saída se baseiam naquele montante monetário que a empresa deverá receber quando das vendas de seus ativos. Para avaliação de estoques a valores de saída consideramos duas alternativas, ou seja, o recebimentos descontados de caixa e os preços de vendas

Nos recebimentos descontados de caixa foi considerado um preço de venda a prazo e o atualizamos pela taxa de aplicação. Desta forma, estávamos procurando conhecer o valor monetário que poderíamos obter dos estoques por meio das vendas.

Esse conceito de avaliação requer um conhecimento prévio de três condições básicas: 1) a importância a ser recebida quando da venda dos estoques; 2) a taxa de desconto e 3) o período compreendido na análise.

Já o preço corrente de venda requer um mercado organizado, de modo que o preço pelo qual se está avaliando os estoques, possa ser considerado uma estimativa próxima do preço real de venda.

Acreditamos na utilização desse critério desde que haja pouca variação de preços no mercado e as despesas de venda do produto possam ser estimadas. Uma vez satisfeitas essas condições, pode-se utilizar essa metodologia para a tomada de decisão. Os preços correntes de venda, contudo, podem não ser aplicáveis à produção em

andamento caso não haja um mercado para a venda, impossibilitando a avaliação através dessa metodologia. Seu uso é aconselhável para curto prazo.

Contudo, o valor realizável líquido também é um valor de saída, mas pressupõe a liquidação forçada, e os equivalentes de caixa apresentado Chambers, considera os valores de saída para avaliar a empresa como um todo, todavia, presume que as devem ser avaliadas pelo preço de venda como se estivesse liquidando de forma ordenada, exclui portanto a liquidação forçada.

E o valor presente não é uma metodologia de avaliação de ativos, é uma técnica da matemática financeira que freqüentemente é usada por várias metodologias de avaliação de ativos, tais como: custo histórico corrigido, custo corrente corrigido, custo futuro de reposição, recebimentos descontados de caixa, preço de venda quando se refere a valores a prazo.

É necessário saber que há várias metodologias para avaliação de ativos. Logo, refletir sobre essas metodologias é refletir o principal produto da teoria de mensuração contábil.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARBIERI, Geraldo, et alii. **Críticas aos métodos de avaliação a valores de entrada e de saída**. Monografia apresentada à Disciplina Teoria da Avaliação Patrimonial. FEA/USP.(trabalho não publicado), São Paulo: S/d.
- CHAMBERS, Raymond J. **Accounting, evaluation and economic behavior**. Texas: Scholars Book, 1966.
- EDWARDS, Edgar O. & BELL, Philip W. **The theory and measurement of business income**. Los Angeles: University of California Press, 1973.
- HENDRIKSEN, Eldon S. **Accounting theory**. Fourth Edition, Illinois: 1982.
- IOB -TEMÁTICA CONTÁBIL. **Avaliação da empresa em marcha**. Bol - 9/94.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Ajuste a valorem presente - cálculos e contabilização**. Bol - 8/93.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Alguns exemplos da moderna Contabilidade Gerencial no Brasil**. Bol - 35/91.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Continuando com alguns exemplos da moderna Contabilidade Gerencial no Brasil**. Bol - 36/91.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Contabilidade, inflação geral e inflação específica - como entender um pouco mais**. Bol - 25/89.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Contabilidade e Inflação como entender um pouco mais**. Bol - 22/84.
- _____. - TEMÁTICA CONTÁBIL. **Uma visão do lucro empresarial pela correção integral e a preço de reposição**. Bol - 14/91.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, et alii. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 3ª e.d. São Paulo: Atlas. 1992a. 763p.
- _____. **Teoria da contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1993b. 349p.
- _____, et alii. **Contabilidade introdutória**. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 1990c.
- _____. **Contribuição à teoria dos ajustamentos**. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP. 1966d.
- _____. **Aspectos da avaliação de estoques a preços correntes**. Tese de Livre Docência, apresentada à FEA/USP. São Paulo : 1968e.
- KAM, Vernon. **Accounting theory**. California: John Wiley & Sons, 1986.
- MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível**. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP, São Paulo: 1972:
- _____. **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras**. São Paulo: Atlas, 1982.
- MONOBE, Massanori. **Contribuição à mensuração e contribuição do goodwill não adquirido**. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP. São Paulo: 1986.
- SANTOS, Ariovaldo dos & BARBIERI, Geraldo. **Correção integral de balanços para instituições financeiras**. FIPECAFI - FEA/USP, São Paulo, 1993.
- SZUSTER, Natan. **Análise do lucro passível de distribuição: uma abordagem reconhecendo a manutenção do capital da empresa**. Tese de Doutorado apresentada à FEA/USP. São Paulo: 1985.
- VASCONCELOS, Nanci Pereira & RIBEIRO, Maísa de Sousa. **Avaliação de empresas a valores de entrada e de saída**. Monografia apresentada à Disciplina Teoria da Avaliação Patrimonial. FEA/USP (trabalho não publicado), São Paulo: 1993.